

Título: Percepções de profissionais de medicina sobre questões de gênero, sexualidade e saúde da população transexual e travesti, na Atenção Primária à Saúde de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Title: Perceptions of medical professionals on issues of gender, sexuality and health of the transsexual and transvestite population, in Primary Health Care in Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Autores(as):

Geferson Pelegrini, Geovana do Rosário Siqueira e Louise Jara Ramos

Orientadores(as):

Camila Giugliani e Vinicius Vicari

Co-orientadora:

Gabriela Tizianel

GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO

Gerência de Saúde Comunitária

Programa de Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade

HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE

Serviço de Atenção Primária à Saúde

Programa de Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade

Trabalho de Conclusão de Residência Médica.

20 de dezembro de 2021, Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

## CIP - Catalogação na Publicação

Pelegriani, Geferson

Percepções de profissionais de medicina sobre questões de gênero, sexualidade e saúde da população transexual e travesti, na Atenção Primária à Saúde de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. / Geferson Pelegriani.

-- 2022.

13 f.

Orientadoras: Camila Giugliani, Vinícius Vicari.

Coorientadora: Gabriela Tizianel de Carvalho.

Trabalho de conclusão de curso (Especialização) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Hospital de Clínicas de Porto Alegre, Programa de Residência em Medicina de Família e Comunidade, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Transexualidade. 2. Minorias Sexuais e de Gênero. 3. Identidade de Gênero. 4. Atenção Primária à Saúde. 5. Medicina de Família e Comunidade. I. Giugliani, Camila, orient. II. Vicari, Vinícius, orient.

III. Tizianel de Carvalho, Gabriela, orient. IV. Pelegriani, Geferson.   
Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**Percepções de profissionais de medicina sobre questões de gênero, sexualidade e saúde da população transexual e travesti, na Atenção Primária à Saúde de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.**

**RESUMO**

São notáveis várias barreiras de acesso à serviços de saúde vividos pela população trans. Partindo de uma perspectiva teórica de despatologização das identidades transexuais e travestis, este estudo analisou algumas percepções, contato, vínculo, habilidades de atender principais demandas, dos profissionais de medicina que atuam na Atenção Primária à Saúde no município de Porto Alegre sobre a saúde dessa população. Além disso, também realizou-se um breve levantamento sociodemográfico das pessoas participantes. Trata-se de um estudo quantitativo, transversal e descritivo. Foram aplicados questionários aos profissionais em duas instituições de referência: Grupo Hospitalar Conceição e Hospital de Clínicas de Porto Alegre, no período de Novembro a Dezembro de 2021. Os resultados foram que a maioria das(os) profissionais se sentem capacitados para atendimento da população trans, porém não se sente capacitada para prescrição de hormonização e também não possuem vínculo com pessoas trans em seus territórios. A maioria não teve contato com a temática na formação, o espaço que mais se apresentaram discussões foi durante a residência. Conclui-se que os profissionais possuem poucos espaços formais de formação na temática e não se sentem capacitados para prescrever hormonização.

**Palavras-chave:** Transexualidade. Minorias Sexuais e de Gênero. Identidade de Gênero. Medicina de Família e Comunidade. Atenção Primária à Saúde.

Perceptions of medical professionals on issues of gender, sexuality and health of the transsexual and transvestite population, in Primary Health Care in Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

ABSTRACT

Several barriers accessing health services experienced by trans population are notable. Looking from a theoretical perspective of depathologization of transsexual and transvestite identities, this study analyzed responses of medical professionals working in Primary Health Care in the city of Porto Alegre, about perceptions, contact, bond, skills to solve the main demands of this population. In addition, a brief sociodemographic survey of the participating people was also carried out. This is a quantitative, cross-sectional and descriptive study. Questionnaires were applied to professionals in two reference institutions: Grupo Hospitalar Conceição and Hospital de Clínicas de Porto Alegre, from November to December 2021. The results were that most professionals feel qualified to care for the trans population, however, they do not feel qualified to prescribe hormone therapy and they also do not have a bond with trans people in their territories. Most did not have contact with the theme during training, the space that most discussions were presented was during the residency. It is concluded that professionals have few formal training spaces on the subject and do not feel qualified to prescribe hormone therapy.

Keywords: Transsexuality. Sexual and Gender Minorities. Gender Identity. Family Practice. Primary Health Care.

## INTRODUÇÃO

A garantia do acesso universal e igualitário à saúde, ainda constitui um desafio em diferentes cenários às pessoas que demandam por atendimentos de saúde. Dentre as populações que encontram sistematicamente barreiras de acesso na garantia de promoção, proteção e recuperação de sua saúde, encontra-se a população trans – travestis, mulheres transexuais, homens trans e pessoas não-binárias (ROCON et al, 2016). Nesse sentido, podemos destacar como alguns fatores condicionantes, a discriminação nos serviços e equipamentos de saúde, a patologização da transexualidade, o acolhimento inadequado nos serviços, o desrespeito ao nome social, a pouca qualificação dos profissionais e a escassez de recursos para o financiamento dos processos transexualizadores e de políticas de promoção da equidade e respeito às identidades de gênero trans (ROCON et al, 2020).

Além disso, estudos mostram que a população trans têm risco elevado de estresse relacionado ao status de minoria, maiores índices de depressão, ansiedade, suicídio, HIV e outras infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), além do risco ao realizar transformações corporais clandestinas (WINTER et al, 2016; ROBLES et al, 2016).

Segundo Bruna G. Benevides e Sayonara N. B. Nogueira, no Dossiê de assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020, a maior parte da população trans e travesti no país sobrevive em extrema pobreza, marginalização e exclusão social, sem acesso à direitos básicos constitucionais como saúde, educação, qualificação profissional, bem como sem acesso devido ao mercado de trabalho formal ou políticas estatais que garantam suas demandas específicas (BENEVIDES, NOGUEIRA, 2020).

De acordo com o mesmo dossiê, o Brasil se mantém, desde 2008, em primeiro lugar no ranking mundial que monitora assassinatos de pessoas trans. Segundo o mesmo, em 2020, ocorreu um aumento de 43,5% na média anual, contabilizando 175 pessoas trans mortas.

Apesar da importante iniciativa do Ministério da Saúde (MS) em publicar portarias e instituir serviços de saúde específicos a essa população, ela continua

sendo apontada como a que mais enfrenta dificuldades para acessar os serviços de saúde, da atenção básica à alta complexidade, dentre toda a população LGBTQI+ (MELLO et al., 2011), o que caracteriza um cenário de grande fragilidade assistencial. Dessa forma, serviços específicos de assistência à saúde para população trans, como o Ambulatório T (AmbuT), o AMIG (Ambulatório de Identidade de Gênero) e o Programa de Identidade de Gênero (PROTIG), foram criados na cidade de Porto Alegre (RS), por exemplo, além de diversas outras experiências pelo Brasil a fim de reduzir as barreiras de acesso à saúde dessa população.

A Atenção Primária à Saúde (APS), como porta de entrada ao SUS e coordenadora do cuidado, tem papel fundamental e amplo na abordagem à diversidade sexual e de gênero. Um de seus atributos essenciais é a integralidade do cuidado, sendo assim, espera-se que seja um ambiente de acolhimento e de cuidado para populações com necessidades específicas, como a trans. Entretanto, não sabemos como e quanto as equipes de saúde estão preparadas para dar assistência a essas pessoas na APS. Dessa forma, é possível questionar os motivos pelos quais o acesso da população trans às Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Estratégias de Saúde da Família (ESF) não ser garantido, além das razões atribuídas à baixa resolutividade, mesmo para questões não relacionadas à identidade de gênero. Partindo dessa problemática, esta pesquisa analisou as habilidades autorreferidas de profissionais de medicina atuando nos serviços de APS do Grupo Hospitalar Conceição (GHC) e do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA), a fim de identificar dificuldades, estimar o conhecimento geral de questões referentes ao gênero, à sexualidade e a atenção à saúde da população transexual e travesti, a partir de uma perspectiva despatologizadora das identidades trans. Além disso, também realizou-se um breve levantamento sociodemográfico das pessoas participantes.

## **MÉTODOS**

Trata-se de um estudo quantitativo, com delineamento transversal e de caráter descritivo, realizado no período de Novembro a Dezembro de 2021, no

município de Porto Alegre (RS), nas unidades de saúde do Serviço de Saúde Comunitária do Grupo Hospitalar Conceição (GHC) e no Serviço de Atenção Primária à Saúde do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA). A amostra foi constituída de profissionais de medicina dos serviços já mencionados, em caráter voluntário, totalizando um número estimado de 140 profissionais (sendo 33 no HCPA e 107 no GHC, incluindo médicas(os) residentes). Os critérios de inclusão: ter vínculo institucional com GHC ou HCPA e se autodeclarar médica(o) na atenção primária.

Os dados foram coletados por meio de questionário impresso autoaplicável, desenvolvido pelas(os) pesquisadoras(es). O instrumento foi enviado pessoalmente para as unidades das(os) profissionais e ficou disponível durante 1 mês para preenchimento. Foi anexado junto ao questionário um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que foi lido e assinado pelo participante autorizando a coleta dos dados. O recolhimento dos envelopes não identificados, com os termos de consentimento assinados e o questionário preenchido foi realizado pelas (os) pesquisadoras(es) na semana final do prazo.

O questionário foi composto por trinta e três (33) perguntas objetivas e quatro (4) perguntas abertas, para levantamento de dados sociodemográficos e com questões específicas relativas às percepções sobre transexualidade, gênero e sexualidade.

Foram respeitados os aspectos éticos para pesquisa envolvendo seres humanos estabelecidos pela Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde para realização deste estudo. O projeto foi aprovado nos Comitês de Ética e Pesquisa do Hospital de Clínicas de Porto Alegre e do Grupo Hospitalar Conceição sob parecer favorável de nº 5.032.448 e 4.900.009 respectivamente. A coleta de dados foi iniciada somente após a aprovação ética e as respostas foram utilizadas somente para fins desta pesquisa e serão armazenados, de acordo com a Resolução 466/12, por um período de cinco anos, sendo destruídos após. Foi garantido o sigilo dos dados pessoais e os participantes foram mantidos em anonimato.

Os dados coletados foram arquivados em um banco de dados utilizando a plataforma do site “*Google Forms*”. Em seguida receberam tratamento estatístico

com uso do programa SPSS versão 20.0. Foi realizada análise descritiva dos dados através de frequências absolutas e relativas para as variáveis categóricas e média e desvio padrão para as contínuas. Em seguida, para avaliar a associação entre as variáveis categóricas, foi utilizado o teste exato de Fisher, onde considerou-se um nível de significância de 5% ( $p < 0,05$ ).

## RESULTADOS

O número total de amostra de participantes foi 76 respondentes. Após primeira análise, foram excluídos 7 questionários (5 HCPA + 2 GHC) devido a não preencherem critérios de inclusão da pesquisa. A taxa de participação dentro de cada instituição foi de 96,15% no HCPA e 50% no GHC em relação à amostra inicial estimada.

Todos os profissionais incluídos na pesquisa são atuantes na atenção primária de Porto Alegre e a maioria (49,3%) tem formação em Medicina de Família e Comunidade, seguido por profissionais em formação em tal especialidade (42%).

A média de idade das(os) participantes foi 40 anos. Quanto a identidade de gênero, nenhum(a) das(os) participantes se autodeclarou transexual ou não-binário, houve 52,9% de participação de mulheres e 42,9% de homens cisgêneros. As orientações sexuais mais descritas entre os participantes foram heterossexuais (85,9%) e bissexuais (8,5%).

A cor autodeclarada das(os) participantes foi de maioria branca (85%). Quanto à prática religiosa mais da metade das pessoas (63,8%) não têm prática religiosa. Das que tem prática, a mais comum foi o catolicismo. Demais dados sociodemográficos podem ser visualizados na tabela 1.

Além disso, foi evidenciado que quando se compara o grupo que possui alguma prática religiosa e o grupo que não possui, houve diferença estatisticamente significativa sobre o fato de o último grupo acreditar que pessoas trans ou travestis têm menos acesso à saúde ( $p = 0,005$ ).

A maioria das(os) participantes (88,7%) têm contato próximo com pessoas LGBTQIA+. Com relação à atuação profissional, 63 participantes (91,3%) declararam que já atenderam pessoas trans. Referente ao questionamento de se



sentirem capazes de atender pessoas trans ou travestis, 40 (58%) participantes declararam que sim, e 17 (24,6%) responderam que não. Sendo que os participantes com mais idade (acima de 31 anos) sentem-se mais capazes em atender do que a parte mais jovem da amostra ( $p=0,033$ ). Sobre autopercepção de capacidade de atendimento, não houve significância estatística quando avaliados os grupos por cor/raça, orientação sexual ou identidade de gênero das(os) respondentes. Aquelas(es) que afirmaram ter tido contato com a temática LGBTQIA+ durante o período da residência de MFC também apresentaram maiores taxas de respostas positivas à indagação de sentir-se capaz de atender tal população ( $p=0,046$ ). Um total de 27 (37,1%) médicas(os) afirmaram ter vínculo com uma pessoa trans do seu território, não tendo associação estatisticamente significativa entre o vínculo e a identidade de gênero, cor ou idade dos profissionais ( $p=0,313$ , 0,497 e 0,197 respectivamente). Profissionais que tiveram contato com a temática durante a formação em MFC apresentaram associação estatisticamente significativa para maior vínculo com pacientes trans no território e também se sentiram mais preparados para atendimento desse grupo ( $p=0,07$  e 0,46 respectivamente)

Quando perguntados sobre ser necessário um diagnóstico por profissional de saúde mental no acompanhamento da pessoa trans, 64 (92,8%) participantes consideram que não é necessário, 2 (2%) acreditam que sim e 3 (4,3%) não souberam informar. Da obrigatoriedade do acompanhamento em saúde mental, 59 (85,5%) participantes declararam que não é necessário acompanhamento em saúde mental no cuidado de uma pessoa trans, 6 (8,7%) disseram que sim e 4 (5,8%) não souberam informar. Apenas 1 (1,4%) pessoa declarou acreditar que a transexualidade é uma patologia, 66 (95,7%) não e 2 (2,9%) pessoas não sabem opinar. Nenhuma pessoa afirmou considerar a bissexualidade ou a homossexualidade uma doença, porém 4 (5,8%) não souberam afirmar.

Com relação ao questionamento sobre necessidade de estudar autonomamente sobre a população trans durante a trajetória profissional, 56 (81,2%) pessoas afirmam ter sentido, 11 (15,9%) pessoas não e 2 (2,9%) não souberam informar. Ainda são raros os espaços formativos que abordem temáticas em relação à população trans, o que se confirma no presente estudo quando a

maioria (72,5%) das(os) profissionais respondentes afirmaram não ter tido qualquer contato com a temática saúde da população LGBTQIA+ durante a graduação, sendo a maior fonte de discussões o programa de residência médica em Medicina de Família e Comunidade ou eventos e congressos frequentados pelas(os) participantes. Apesar da maioria ter relatado já ter atendido e se sentir capaz de atender pessoas transexuais e travestis (91,3% e 58%, respectivamente), observa-se que a minoria possui vínculo atual ou já realizou mais de 3 consultas com a mesma pessoa trans, apontando grave falha na longitudinalidade e coordenação do cuidado, atributos essenciais à garantia de assistência de qualidade na APS.

**Tabela 1. Perfil dos(as) participantes do estudo.**

		n	%
Idade	25 - 30 anos	27	39,1
	31 - 50 anos	22	31,9
	51 - 70 anos	19	27,5
Orientação sexual	Heterossexuais	59	85,5
	Bissexuais	6	8,7
	Homossexuais	3	4,3
	Não sei informar	1	1,4
Identidade de gênero	Mulher cis	36	52,2
	Homem cis	28	40,6
	Não sei informar	5	7,2
Cor autodeclarada	Branca	59	85,5
	Parda	9	13
	Amarelo	1	1,4
Estado civil	Solteiro(a)	27	39,1
	União estável	19	27,5
	Casado(a)	21	30,4
	Divorciado(a)	1	1,4
	Víuvo(a)	1	1,4
Possui filhos	Sim	32	46,4
	Não	38	52,2
Possui prática religiosa	Sim	25	36,2
	Não	44	63,8
Vínculo de contratação	Residente	28	40,6
	Contratada(o)	29	42
	Professor(a) UFRGS	12	17,4

Perfil de graduação	Médico da APS/POA	69	100
	MFC graduados	34	49,3
	MFC (título)	2	2,9
	Não MFC	3	4,3
	Residência 1º ano	13	18,8
	Residência 2º ano	14	20,3
	Residência 3º ano	2	2,9

Em relação a prescrição de hormonização, 48 (69,6%) dos profissionais referiu nunca ter prescrito. Não houve associação estatisticamente significativa comparando grupos de acordo com idade, cor, identidade de gênero, orientação sexual ou vínculo, conforme mostra tabela 2.

**Tabela 2. Na minha prática profissional já prescrevi hormonização.**

		Sim	Não	p-valor
		n (%)	n (%)	
Prática religiosa	Sim	6 (24)	19 (76)	0,427
	Não	15 (34,1)	29 (65,9)	
Identidade de gênero	Homem cis	9 (32,1)	19 (67,9)	1
	Mulher cis	12 (33,3)	24 (66,7)	
Cor autodeclarada	Branca	18 (30,5)	41 (69,5)	1
	Parda/amarela	3 (30)	7 (70)	
Orientação sexual	Heterossexual	15 (25,4)	44 (74,6)	0,057
	Outros	6 (60)	4 (40)	
Idade	25-30	8 (29,6)	19 (70,4)	1
	31-50	7 (31,8)	15 (68,2)	
	51-70	6 (31,6)	13 (68,4)	
Vínculo	Residente	9 (32,1)	19 (67,9)	0,486
	Contratado	7 (24,1)	22 (75,9)	
	Professor	5 (41,7)	7 (58,3)	

## DISCUSSÃO

A partir dos resultados obtidos, pode-se perceber que, no perfil dos respondentes o número de mulheres cis supera o quantitativo de homens cis, o que corrobora com dados atuais sobre a demografia médica no Brasil em faixa etária de até 34 anos (SCHEFFER, M. et al, 2020), números estes que vêm avançando rumo à maior inserção de mulheres no meio médico. Contudo, corpos trans ainda são

raridade. Na amostra de participantes, a quase totalidade autodeclarou-se cisgênero e os que não o fizeram foi devido a não saber informar sua identidade de gênero. Reafirmando outros privilégios e padrões cisheteronormativos na amostra, a maioria se autodeclarou branca, heterossexual, católica e em relacionamento estável/casamento. Essas conformações por vezes podem trazer barreiras de acesso como o não reconhecimento da existência de vivências desviantes das apresentadas nos serviços de saúde.

Poucas(os) foram as(os) profissionais que afirmaram ter prescrito hormonização em sua carreira médica, o que também entra em contraponto com o “sentir-se capaz de atender pessoas trans e travestis” sem abarcar uma das demandas clínicas/técnicas bastante comuns no acompanhamento em saúde da população estudada.

Felizmente, nesta pesquisa um único questionário respondido trouxe o reconhecimento da identidade de gênero transexual como patológica e a maioria alega não acreditar que seja obrigatório o acompanhamento com profissional especialista em saúde mental e/ou diagnóstico pelo mesmo para afirmar a identidade trans. Essas constatações entram em discordância com o que foi apresentado por um estudo quantitativo de corte transversal, realizado em um curso de medicina com estudantes entre o primeiro e o oitavo semestres de uma universidade pública de uma das capitais da região Sul do Brasil, em 2017, o qual abordou o preconceito contra diversidade sexual e de gênero. No que diz respeito à transexualidade, o estudo apontou que 85,4% dos estudantes autodeclarados homens cisgêneros registraram aversão a travestis, o que entre as mulheres cis autodeclaradas pontuou 57,3% (MORETTI-PIRES, 2017).

Observamos como limitações no estudo a pouca participação das(os) profissionais dos serviços, que acabou sendo dificultada pela forma escolhida de preenchimento e recolhimento do questionário. Também nos propomos a analisar apenas dois serviços de Porto Alegre, o que acaba não sendo representativo da diversidade geográfica e sociocultural brasileira. Além disso, o questionário não é um instrumento validado, uma vez que foi elaborado pelas(os) autoras(es). Como fortalezas destacamos a possibilidade de replicação do estudo em outros espaços,

devido ao fato de ser um questionário autoaplicável e que não depende de tecnologias ou gastos para ser executado.

Os resultados apontam a necessidade de futuras pesquisas na APS para aprofundar o conhecimento sobre essa temática, tão pouco difundida nos espaços formativos. Bem como, aponta à necessidade de abordagem de maneira efetiva durante a graduação, residência médica e educação continuadas nos serviços de saúde.

## REFERÊNCIAS

BENTO, Berenice. **Transviad@s: Gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: EDUFBA, 2017. 329 p.

BENEVIDES B.G., NOGUEIRA S.N.B. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE. 2021: 80. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>>. Acesso em: 20 dezembro de 2020.

CARVALHO, Mario Felipe Lima; CARRARA, Sergio. **Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil**. Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana. n.14 - Ago. 2013. pp. 319-351.

GUSSO, Gustavo; LOPES, José; DIAS, Lêda C, org. **Tratado de Medicina de Família e Comunidade: Princípios, Formação e Prática**. Porto Alegre: ARTMED, 2019, 2555 p.

JESUS, Jaqueline Gomes. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. 2ª ed. Brasília: Autor, 2012.

LANZ, Letícia. **Dicionário Transgênero: arquivo transgênero [edição eletrônica]** 20 de agosto de 2016. Disponível em :<<http://leticialanz.blogspot.com/2016/08/dicionario-transgenero.html>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2021.

LOPES JUNIOR; A; AMORIM A. P. A; FERRON M, M. Sexualidade e diversidade. In: GUSSO G, LOPES J. M. C., DIAS L. C.. **Tratado de medicina de família e comunidade**. Princípios, formação e prática. 2a ed. Porto Alegre: Artmed; 2019. p. 663-74

LOPES JUNIOR, A. et al . **Ensino e Cuidado em Saúde LGBTI+**: Reflexões no Contexto da Pandemia da Covid-19. Rev. bras. educ. med., v. 44, supl. 1, 2020.

MELLO, Luiz et al. **Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca de universalidade, integralidade e equidade.** Revista Latinoamericana Sexualidad, Salud y Sociedad, n. 9, p. 7-28, 2011.

MORETTI-PIRES, Rodrigo Otávio. **Preconceito contra Diversidade Sexual e de Gênero entre Estudantes de Medicina de 1º ao 8º Semestre de um Curso da Região Sul do Brasil.** Revista Brasileira de Educação Médica, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbem/a/dn39DWyg4kQkVJVrYWPcN6K/?lang=en>>. Acesso em: 06/07/2021.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala** [ e-book ]. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ROBLES R, Fresán A, Vega-Ramírez H, Cruz-Islas J, Rodríguez-Pérez V, Domínguez-Martínez T, et al. **Removing transgender identity from the classification of mental disorders: a Mexican field study for ICD-11.** Lancet Psychiatry. 2016;3(9):850

ROCON, P. C. et al. **Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde.** Ciência & Saúde Coletiva, v. 21, n. 8, p. 2518, 2016.

\_\_\_\_\_. **Acesso à saúde pela população trans no Brasil:** Nas entrelinhas da revisão integrativa. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, 2020; 18(1):e0023469. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/338314210\\_ACESSO\\_A\\_SAUDE\\_PELA\\_POPULACAO\\_TRANS\\_NO\\_BRASIL\\_NAS\\_ENTRELINHAS\\_DA\\_REVISAO\\_INTEGRATIVA](https://www.researchgate.net/publication/338314210_ACESSO_A_SAUDE_PELA_POPULACAO_TRANS_NO_BRASIL_NAS_ENTRELINHAS_DA_REVISAO_INTEGRATIVA)>, Acesso em: 14/05/2021.

SANTOS, Ana Carolina Lima dos Santos. **Pessoas Trans no SUS: narrativas das profissionais de saúde sobre suas percepções, limites e desafios.** Dissertação de Mestrado. PUC-RJ. Rio de Janeiro. 2020

SANTOS, Maria de Fátima Lima. **A construção do dispositivo da transexualidade: saberes, tessituras e singularidades nas experiências trans.** Tese de Doutorado, UERJ, Instituto de Medicina Social. 2010.

SBMFC. **O atendimento de pessoas trans na atenção primária à saúde.** Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, 2020. Disponível em <<https://www.sbmfc.org.br/noticias/o-atendimento-de-pessoas-trans-na-atencao-primaria-a-saude/>>. Acesso em: 16/06/2021.

WINTER, Sam. et al. **Transgender people: health at the margins of society.** Lancet, Vol 388,. jul. 2016. p:390-400. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27323925/>>. Acesso: 15/02/2021.